

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

ANA CAROLINA DOS SANTOS GONÇALVES TRINDADE

**SUSTENTABILIDADE E GESTÃO**

Uma análise do impacto da sustentabilidade na gestão de empresas

Rio de Janeiro

2019

ANA CAROLINA DOS SANTOS GONÇALVES TRINDADE

## **SUSTENTABILIDADE E GESTÃO**

Uma análise do impacto da sustentabilidade na gestão de empresas

Trabalho de Monografia, apresentado a Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Prof. Luiz Antonio Ochsendorf Leal

Rio de Janeiro

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, Leandro e Patrícia, por todo o apoio emocional ao longo dos meus anos de faculdade.

À todo o corpo docente e funcionários dessa instituição por todo o conhecimento à mim passado.

Ao Professor Luiz Antônio, meu orientador, por toda a dedicação e compreensão no período de realização desse trabalho.

Aos meus amigos de faculdade, que me ajudaram a passar pelo período de graduação com muito apoio e satisfação, em especial à Rayana Rodrigues, amiga e companheira de grande parte do curso, sem a qual eu não teria chegado até aqui.

E por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

ANA CAROLINA DOS SANTOS GONÇALVES TRINDADE

## **SUSTENTABILIDADE E GESTÃO**

Uma análise do impacto da sustentabilidade na gestão de empresas

Trabalho de Monografia, apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2019.

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Luiz Antonio Ochsendorf Leal

---

Prof.

---

Prof.

## RESUMO

Ao longo dos anos, houve um grande aumento da poluição e uma redução dos recursos naturais que antes eram abundantes. Isto se deve ao fato do crescimento cada vez maior e desordenado dos grandes centros urbanos, das atividades humanas e conseqüentemente da população mundial, intensificando os impactos ambientais. Surge então uma grande preocupação com o meio ambiente, que se torna um tema estratégico e urgente na atualidade. O homem começa a entender a importância da reformulação de suas práticas para contribuir com a sustentabilidade do mundo. Nos tempos atuais em um ambiente de competição global, na qual a visão de retorno sobre capital está a cada dia mais abrangente, o simples lucro imediato não é mais o único fator preponderante sobre as decisões gerenciais. Aumenta substancialmente nas empresas a preocupação voltada para a melhoria da qualidade e conservação do meio ambiente, conciliados a saúde dos seres humanos, por pequenas e grandes empresas. Gerando assim, clamor da sociedade, entidades não governamentais e por potenciais investidores conscientizados de sua importância. Desse modo, o tema do presente estudo é a sustentabilidade no mercado financeiro. Tem-se por objetivo abordar a responsabilidade ambiental como um meio de atender esses novos anseios do mundo e a preocupação nas empresas em demonstrar que suas diretrizes se baseiam nesses valores. Interferindo diretamente em suas decisões, operações e resultados. O objetivo é apoiar essas empresas e transmitir suas ações tomadas como medida de responsabilidade, demonstrando reais interesses para defender e preservar nosso meio ambiente. A metodologia do presente estudo se classifica como pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa tratando do tema sustentabilidade em especial quanto ao mercado financeiro.

**Palavras-chave:** Impactos. Ambientais. Sustentabilidade. Mercado. Financeiro.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	9	
2.1	O PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS	14
2.2	PRÁTICAS ECOLOGICAMENTE CORRETAS	16
2.3	A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	17
3	A GESTÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES	20
3.1	CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22
3.1.1	ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE	23
3.2	SUSTENTABILIDADE NA BOLSA DE VALORES	24
4	CONCLUSÃO	29
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

## 1 INTRODUÇÃO

Uma organização deve preocupar-se não só com fatores internos que irão lhe trazer lucro, mas, sobretudo com os fatores externos que diz respeito ao meio ambiente, pois na abertura de um novo negócio, seja ele qual for, utilizamos recursos providos do meio que é nosso dever preservar para continuar usufruindo.

As organizações estão tendo uma visão mais ampla do ambiente ao seu redor, e com isso elevando sua capacidade de percepção. Tomando consciência do ambiente onde estão localizadas, aprendendo a protegê-lo e cuidá-lo da melhor forma. Assim, a gestão ambiental tornou-se nos últimos tempos uma importante ferramenta de modernização e competitividade para as organizações. O tema meio ambiente passou a ter influência na estratégia social.

Nesse, âmbito, a questão chave das tendências para o investimento sustentável é a crescente preocupação política e econômica com as mudanças climáticas, juntamente com incentivos baseados no mercado e regulação adequada para a transição a uma economia de baixo carbono.

Algumas empresas atualmente estão aderindo uma nova filosofia de satisfação das necessidades do cliente, com uma melhoria de vida na sociedade, tentando solucionar problemas de poluição no meio ambiente visando à sustentabilidade do mundo.

Sem contar a preocupação em maximizar as oportunidades de reciclagem para viver o presente sem comprometer o futuro ambiental. De modo que tais empresas começaram a ter uma visão em relação à preservação ambiental como investimentos e não mais primordialmente como custos, destacando-se por uma vantagem competitiva.

Um dos principais assuntos abordados no contexto organizacional é a importância do meio ambiente que tem se valorizado cada dia mais. O objetivo é transmitir e apoiar a responsabilidade ambiental nas empresas, através de suas práticas desenvolvidas, conscientizando de maneira que outras possam tomar a mesma iniciativa de preservar a natureza e assim tornar um mundo melhor. Desse modo, o tema do presente estudo é a sustentabilidade no mercado financeiro.

A justificativa do presente estudo se traduz no fato de que é crucial estudar a função econômica das bolsas de valores e seu papel nas questões da sustentabilidade no Brasil e no mundo.

O problema de pesquisa do presente estudo se traduz na seguinte questão: “Podem as bolsas de valores cumprir um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável (dimensão social, econômica e ambiental)? De que forma o fazem?”.

A hipótese do presente trabalho é a de que as bolsas de valores cumprem um papel importante na promoção do desenvolvimento sustentável, na medida em que estabelecem certos padrões, produtos e nichos de mercado que fomentam os investimentos sustentáveis no mercado financeiro e de capitais.

Tem-se por objetivo abordar a responsabilidade ambiental como um meio de atender esses novos anseios do mundo e a preocupação nas empresas em demonstrar que suas diretrizes se baseiam nesses valores. Interferindo diretamente em suas decisões, operações e resultados

Como objetivos específicos pretendem-se:

- Tratar da questão ecológica após a Segunda Guerra Mundial entendendo o processo de conscientização sobre os impactos ambientais;
- Discorrer sobre as práticas ecologicamente corretas, bem como sobre a implantação de um sistema de gestão ambiental;
- Analisar a gestão ambiental no âmbito das organizações, os índices de sustentabilidade e a sustentabilidade na bolsa de valores.

A importância desta pesquisa se deu pelo fato de contribuir no aumento do conhecimento acerca do tema abordado contribuindo de modo essencial, academicamente e profissionalmente, a todos que possa interessar. Do ponto de vista científico esta pesquisa possibilitará a geração de conhecimento da realidade brasileira, contribuindo no desenvolvimento sustentável nacional.

A metodologia do presente estudo se traduz numa pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, realizada através de livros dos principais autores, tais como: Callenbach, Donaire, Bateman e Snell, entre outros.

## 2 A QUESTÃO ECOLÓGICA APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o surgimento de uma nova ordem internacional passou-se, a partir da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a destacar atenção à mediação de conflitos mundiais, de natureza política, econômica e de ordem social e ambiental. A criação da ONU representa o surgimento do mais importante organismo internacional que iria delinear, nos anos seguintes, os contornos da ordem internacional ambiental (PIRES, 2006; RIBEIRO, 2001).

Com a falta de alimento ou o acesso a recursos naturais em vários países, dois organismos internacionais ligados à ONU passaram a atuar diante da problemática ambiental, com ênfase em ações relacionadas à produção de alimentos e à conservação dos recursos naturais. Em 1945, foi criada a *Food and Agriculture Organization (FAO)*, com sede em Roma, Itália e a *United Nations Education, Scientific and Cultural Organization*.

Carvalho (2001) informa que na década de 1960 houve, em âmbito mundial, um aumento da consciência ambiental, motivado pela realização de uma série de eventos relacionados ao meio ambiente.

Segundo bem pondera Leff (2001), a crise ambiental se torna evidente nos anos 60, refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico, iniciando-se o debate teórico e político para valorizar a natureza e internalizar as externalidades socioambientais ao sistema econômico.

Afirma Leff (2001) que a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. Assim, a questão ambiental problematiza as próprias bases da produção; apontando para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana.

De acordo com Godoy (2002), em 1962, foi publicado o livro da jornalista americana Raquel Carson, intitulado *Primavera Silenciosa*. O livro, considerado um clássico do movimento ambientalista, denunciava a diminuição da qualidade de vida

em razão do uso excessivo de inseticida, pesticida e outros produtos químicos na produção agrícola, contaminando os alimentos e deixando resíduos no meio ambiente. Naquela época, as preocupações com o meio ambiente eram percebidas como inadequadas e sem motivo.

Nesse sentido Trevisol (2003) pondera que os defensores do meio ambiente eram criticados pela opinião pública, que os adjetivava de desocupados, desordeiros e de profetas sem causa. Assim, a publicação dos primeiros capítulos do livro *Primavera Silenciosa (Silente Spring)*, da cientista Rachel Carson foi amplamente criticada por empresas multinacionais que lideravam a indústria química norte-americana da época, e também, por representantes da comunidade acadêmica. As organizações ambientalistas surgidas na época, como o *Greenpeace* e o WWF, eram associados ao movimento de contracultura e ao movimento *hippie* no final dos anos 1960 (TREVISOL, 2003, p. 19).

Durante a década de 1970, tomou corpo uma discussão que procurava aproximar pontos até então muito distantes: a produção econômica e a conservação ambiental.

Segundo Dias (2004) o ano de 1972 testemunharia os eventos mais decisivos para evolução da abordagem ambiental no mundo.

Impulsionada pela repercussão internacional do Relatório do Clube de Roma a ONU promoveria, de 5 a 16 de junho, na Suécia, a “Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano”, ou Conferência de Estocolmo, como ficaria consagrada, reunindo representantes de 113 países com o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios comuns para a preservação e melhoria do ambiente humano. A Conferência foi marcada pelo confronto entre as perspectivas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento.

Nascimento; Silvia apud Ribeiro (2001) relata que, em Estocolmo, o problema da poluição foi abordado em dois itens da Declaração das Nações Unidas sobre o meio ambiente: proclamações e princípios, documento final que continha 26 princípios e que foi assinado pelos países participantes. Destaca-se o sexto princípio, o qual considera que:

6 - Deve-se pôr fim à descarga de substâncias tóxicas ou de outras matérias e a liberação de calor em quantidades ou concentrações tais que possam ser neutralizados pelo meio ambiente, de modo a evitarem-se danos graves ou irreparáveis aos ecossistemas. (NASCIMENTO; SILVIA apud RIBEIRO, 2001, p.76).

Informa Ribeiro (2001) que, segundo o texto final da Conferência de Estocolmo, a luta contra a poluição deve ser tratada como uma bandeira comum. Pode-se inferir que atualmente o movimento contra a poluição continua, contudo, como previsto em 1972, pelo texto da Conferência e que os danos podem ser irreparáveis ao ecossistema.

Todavia, conforme o *Intergovernmental Panel on Climate Changes* (2007) “no estágio atual os danos são irreversíveis.”

Explica Feldman (1997) que a preocupação dos países desenvolvidos era com os efeitos da devastação ambiental sobre a Terra, tendo sido proposto um programa internacional voltado para a conservação dos recursos naturais e genéticos do planeta. Assim, os países afirmaram que medidas preventivas teriam que ser encontradas imediatamente, para que se evitasse um grande desastre. Já os países em desenvolvimento argumentaram que se encontravam assolados pela miséria, com graves problemas de moradia, saneamento básico, atacados por doenças infecciosas e que necessitavam desenvolver-se economicamente. Conforme Feldman (1997), a Conferência de Estocolmo produziu a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, contendo princípios de comportamento e responsabilidade que deveriam governar as decisões concernentes a questões ambientais.

Afirma Dias (2004) que a posição dos representantes do Brasil gerou um escândalo internacional, pois sendo o motivo da Conferência a degradação ambiental, a comitiva brasileira levantava a bandeira da poluição, uma vez que, na concepção desses representantes brasileiros, não haveria desenvolvimento sem poluição e, conseqüentemente o PIB, diminuiria.

Em 1975 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura realizou em Belgrado, Iugoslávia, o Encontro Internacional de Educação Ambiental, que produziu a Carta de Belgrado, um dos mais importantes documentos produzidos na década que chamava atenção mundial para necessidade de uma nova ética ambiental.

Segundo Dias (2004) a Carta de Belgrado é considerada um documento histórico na evolução sobre a consciência ambiental.

Afirma Pereira Jr (2002) que outra decorrência prática de Estocolmo foi a criação, pela ONU, em 1983, da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujas conclusões, publicadas em 1987 e conhecidas como

Relatório Brundtland (da primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland, que a presidiu), estabeleceram o conceito de desenvolvimento sustentável.

No meio empresarial, até meados dos anos 80 predominavam práticas e discursos que revelavam um posicionamento antagônico a qualquer iniciativa de minimizar os impactos ambientais decorrentes da atividade produtiva.

Segundo Demajorovic; Sanches (1999) os argumentos giravam em torno de que os custos adicionais para as empresas pelos controles da poluição comprometeriam a lucratividade, a competitividade e a oferta de empregos.

Deste modo, gerariam prejuízos às partes interessadas – trabalhadores, acionistas e consumidores. Assim, havia uma tentativa de transferir os custos ambientais para a sociedade, poupando um dos principais causadores dos danos ambientais (empresas) de arcar com qualquer gasto para reverter o problema (Demajorovic; Sanches,1999, p.1).

Afirma Feldman (1997) que, em 1989 a Assembleia Geral da ONU convoca a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que ficou conhecida como “Cúpula da Terra”, marcando sua realização para o mês de junho de 1992, de maneira a coincidir com o Dia do Meio Ambiente.

Campos et al (2004, p. 2) observam que foi no final da década de 80 e início da década de 90 que surgiram os chamados Sistemas de Gestão Ambiental (SGAs). A principal característica destes sistemas está em promover um processo de melhoria contínua que busca manter seus processos, aspectos e impactos ambientais sob controle, contribuindo para minimizar os impactos ambientais.

Em 1992, no Rio de Janeiro, vinte anos após a Conferência de Estocolmo a ONU ocorre o encontro para elaboração de um plano de ação para o século XXI, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Conferência do Rio ou Rio 92. Segundo Feldman (1997) tal Conferência deu origem a cinco documentos:

- 1) Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, contendo princípios para o estabelecimento de um novo estilo de vida, através da proteção dos recursos naturais e da busca do desenvolvimento sustentável e de melhores condições de vida para todos os povos;
- 2) Agenda 21, sendo um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, sendo a mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a

sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas (PORTAL DAS AGENDAS 21 DO ESTADO DE SÃO PAULO);

- 3) Princípios para a Administração Sustentável das Florestas- Os países participantes da CNUMAD adotaram esta declaração de princípios visando um consenso global sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas;
- 4) Convenção da Biodiversidade- A Convenção da Biodiversidade foi assinada no Rio de Janeiro em 1992, por 156 Estados e uma organização de integração econômica regional. Os objetivos dessa Convenção são a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a divisão equitativa e justa dos benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos, através do acesso apropriado a referidos recursos, e através da transferência apropriada das tecnologias relevantes, levando-se em consideração todos os direitos sobre tais recursos e sobre as tecnologias, e através de financiamento adequado” ( FELDMAN, 1997);
- 5) Convenção sobre Mudança de Clima –Assinada por 154 Estados e uma organização de integração econômica regional. Tem a preocupação de que as atividades humanas causem uma concentração na atmosfera de gases de efeito estufa, resultando num superaquecimento da Terra e da atmosfera, afetando ecossistemas naturais e a humanidade.

Conforme Ribeiro (2001), na primeira parte da Agenda 21 constam recomendações sociais e econômicas. Na lista de tarefas encontra-se a mudança dos padrões de consumo, a busca do desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza, entre outros temas. Na segunda parte, têm-se medidas para a conservação dos ambientes naturais. Os pontos de destaque são: o combate ao desmatamento, a conservação da diversidade biológica, a proteção da atmosfera e dos oceanos e a elaboração de formas de intervenção em ambientes muito sensíveis à degradação, visando à minimização dos impactos ambientais.

Na terceira parte da Agenda 21, propõe-se a participação das mulheres, das crianças e das comunidades locais nas decisões. A última seção da Agenda 21 dispõe formas que viabilizariam as ações sugeridas anteriormente. O repasse de tecnologia dos países centrais para os pobres é apontado como fundamental para

ajudar a encaminhar a resolução dos desajustes dos últimos. Também indica o alívio da dívida externa dos países em desenvolvimento como estratégia para conduzi-lo ao desenvolvimento sustentável.

Em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul, ocorre a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+10, numa tentativa da ONU de reavaliar e implementar as conclusões e diretrizes obtidas na Rio-92.

Afirma Pereira Jr (2002) que a Rio+10 terminou com alguns poucos avanços. Em novembro de 2007 acontece a IV Conferência Internacional de Educação Ambiental em Ahmedabad-Índia (também conhecida como Tbilisi+30), com a finalidade de debater novos temas e fazer um balanço dos avanços desde então.

Informa Sorrentino et al (2007) que, após seis anos de intensas negociações, o Protocolo de Kyoto foi ratificado em 16 de fevereiro de 2005 por um conjunto de 141 países; aos 30 industrializados foi firmado o compromisso de cumprirem as metas de redução de emissões de GEE, acordadas em 5,2% na média. O tratado entrou em vigor após a ratificação de 55% dos países causadores das emissões de carbono na atmosfera global.

Segundo Sorrentino, et al ( 2007 ), foram discutidas graves mudanças como o aumento das temperaturas e o conseqüente aumento do nível dos mares e oceanos, além do perigo da vulnerabilidade das comunidades humanas às doenças transmitidas por vetores, da redução da água doce, da perda de 20% a 30% da biodiversidade com a extinção de milhões de espécies de plantas e animais.

Conforme Lima (2008) em 2007 realiza-se, na cidade de Bali, a 13ª Conferência das Partes e a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Quioto (MOP-3), com o objetivo de mapear o Plano de Ação de Bali para o novo processo de negociações multilaterais que possa agregar diferentes pontos de vistas com a finalidade de criar um novo mecanismo internacional para o período pós 2012, voltado à questão do aquecimento global, e para a definição futura de novas metas de redução de gases de efeito estufa na atmosfera.

## 2.1 O PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS

Ao longo dos anos as organizações passaram a produzir mais e a consumir mais energia e matérias-primas do meio ambiente. No entanto, tal utilização acabou por trazer sérias consequências que afetam não somente as empresas, mas também os indivíduos dentro e fora do ambiente organizacional.

A proteção do meio ambiente somente passou, inicialmente, a ser incentivada através de normas e novos requisitos legais impostos, posteriormente tal postura modificou-se e considerar o meio ambiente tornou-se comum, fazendo parte do dia-a-dia de gestores e demais funcionários, promovendo a integração da organização com o meio no qual está inserido.

A responsabilidade ambiental que tem sido adotada pelas empresas, é usada para designar práticas administrativas em determinados lugares, que procuram preservar a saúde, a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente, através da redução de impactos ambientais, e até mesmo da sua eliminação, partindo do princípio do planejamento de empreendimentos e conseqüentemente sua implantação ou ampliação. Segundo Bateman e Snell (1998):

Hoje , muitas empresas estão indo além do que a lei exige, sendo verdadeiramente ambientalistas em suas filosofias e práticas. O alvo delas é alcançar em conjunto os objetivos de crescimento econômico e de qualidade ambiental a longo prazo, esforçando-se por obter crescimento sustentável. Crescimento sustentável é crescimento e desenvolvimento econômico que atende às necessidades atuais da organização sem causar danos às possibilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades futuras. A sustentabilidade é totalmente compatível com os ecossistemas naturais que geram e preservam a vida. (BATEMAN; SNELL ,1998, p. 163).

As questões ambientais estão se tornando tema estratégico para as organizações, o que evidencia o começo de uma integração de gestão ambiental com os processos organizacionais. Então, pode-se perceber que as empresas assumiram responsabilidade em relação ao meio ambiente, deixando de ser apenas

uma postura diante das imposições para se transformar em atitudes voluntárias, superando as próprias expectativas da sociedade, pois a concorrência está crescendo a cada dia, e os clientes não estão mais à procura de produtos e serviços com um determinado nível de qualidade que tenha menor custo, mas sim dispostos a comprar e utilizar por aqueles que respeitem o meio ambiente.

Vale ressaltar que essa medida de preservação, na qual a empresa atua sobre a natureza, traz certo tipo de vantagem competitiva no mercado atuante. Sobre o assunto, Alexandre Heineremann, sócio da KPMG no Brasil, faz uma análise a respeito dessa vantagem:

O mercado percebe o diferencial das empresas que têm bons processos internos e boas práticas de gestão ambiental. Isso traz muito valor agregado para a companhia, principalmente porque demonstra uma estratégia de negócios de longo prazo. Em outras palavras, no decorrer do tempo, os negócios da empresa se sustentarão (HEINERMANN, 2007, p. 46-7).

Desta forma, a empresa está assegurando o cumprimento de seu papel social, através da atuação responsável. Não é apenas benefício de uma empresa toda e qualquer prática adotada, mas sim para o meio em que está inserida, pois ele é a peça mais importante para que haja existência de vida no planeta. Logo, temos vantagens para o ambiente e para a organização.

Para Donaire (1999) as organizações deverão de maneira acentuada, incorporar a variável ambiental na prospecção de seus cenários e na tomada de decisão, além de manter uma postura responsável, de respeito à questão ambiental.

A inexistência de consumidores conscientizados em relação à causa ambiental pode dar falsa impressão de que a empresa não está ameaçada pela crescente ampliação dos produtos amigáveis ao meio ambiente no mercado de bens e serviços.

A conscientização surgiu por conta da alteração no meio ambiente por determinadas ações ou atividades, caracterizando assim, o impacto ambiental. Sendo fortemente percebido por apresentar variações relativas, podendo ser positivas ou negativas. Devido a este impacto, é preciso que organizações planejem e implantem projetos de proteção ambiental, colaborando para a um futuro saudável, mas antes de se colocar em prática um projeto, é preciso saber antecipadamente, a respeito do local onde ele será inserido, conhecer melhor o que cada área possui de

ambiente natural e ambiente social, que abrange a infraestrutura e sistemas sociais criados pelo homem.

Não se pode esquecer o ciclo de vida dos produtos produzidos pelas empresas, que causa grande impacto sobre o meio ambiente. Portanto é preciso redobrar atenção na comercialização, uso, assistência técnica e destino final desses bens. Um exemplo claro está nos compradores de produtos intermediários, que estão cada vez mais exigindo a produção de produtos em condições adequadas ambientais. Essa prática pode ser adotada pelas organizações baseada em políticas ambientais que visam a conscientização das pessoas da própria organização ou por muitas vezes na obrigação de cumprir apenas a legislação ambiental.

## 2.2 PRÁTICAS ECOLOGICAMENTE CORRETAS

O maior objetivo de ser uma empresa responsável, é a busca por melhoria contínua da qualidade ambiental de produtos, serviços e ambiente em geral.

A demanda por produtos fabricados ecologicamente corretos cresce a cada dia mais, e os consumidores estão selecionando os produtos e serviços que não ocasionam agressão ao meio ambiente. A exigência é tão ativa que os produtos devem conter certificação ambiental, nos moldes da série ISO 14.000 ou certificados ambientais específicos para madeiras, produtos têxteis, etc. Alguns estão voltados na concessão do Selo Verde, uma rotulagem exposta nos referidos produtos de empresas que aprovam normas de respeito ao meio ambiente e apresentam uso adequado e assim, contribui para um menor impacto ambiental. Tanto o Selo Verde, quanto a ISO 14.000 indicam de certo modo, proteção ao meio ambiente, porém consiste em uma diferença básica, enquanto uma certifica o produto, a outra se preocupa em certificar o processo produtivo desse produto respectivamente.

A ISO 14.000 tem por objetivo, fornecer um auxílio para as empresas na implantação de um sistema de gestão ambiental (SGA). Ela está diretamente ligada ao desenvolvimento sustentável e é aceita nas diferentes estruturas organizacionais.

Esse sistema proporciona relação no esforço da organização com as preocupações ambientais por meio da definição de responsabilidades, alocação de recursos, avaliação das práticas, enfim seus procedimentos e processos.

Dentro do contexto, posso então observar ações oportunas. Donaire (1999) afirma que: “Algumas empresas, porém, têm demonstrado que é possível ganhar dinheiro e proteger o meio ambiente mesmo não sendo uma organização que atua no chamado 'mercado verde', desde que as empresas possuam certa dose de criatividade e condições internas que possam transformar as restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócios.”

### 2.3 A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

No decorrer dos anos 80, as atividades dos responsáveis pelo meio ambiente se orientaram progressivamente para a elaboração de programas de prevenção, com a formação de pessoal, a avaliação das diferentes unidades ou setores de atividade. A responsabilidade dos membros da equipe ambiental se estendia à aplicação de medidas internas e de proteção.

Foi, somente, a partir de então que a atenção do plano ambiental passou a ser voltada às possibilidades de desenvolvimento em torno de tais questões ambientais. Surgindo, desde então, a busca de oportunidades estratégicas e a elaboração de políticas ambientais proativas centradas nas atividades do departamento. O responsável e a equipe ambiental se inserem na estrutura decisória e influenciam progressivamente as escolhas estratégicas e de desenvolvimento tecnológico da firma.

Para Sanches (2000, p.77) a partir de um programa de conservação ambiental foi que se passou a incentivar a reciclagem, buscar matérias-primas e processos produtivos menos impactantes, passando a racionalizar o uso dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Dessa forma, a implantação de técnicas de reciclagem poderá possibilitar o desenvolvimento de processos produtivos mais limpos, bem como de produtos menos nocivos ao meio ambiente.

O SGA dentro de uma estrutura gerencial de uma organização está dirigido a problemas relacionados com os impactos de curto, médio e longo prazo sobre o meio ambiente, produzido por seus produtos, atividades e serviços.

Enfim, é possível afirmar que as ações ambientais nas organizações, manifestadas através da implantação da gestão ambiental, preocupam-se em racionalizar o uso dos recursos naturais e reduzir o montante de dejetos e resíduos devolvidos ao meio ambiente, contribuindo, com isso, para o desenvolvimento sustentável.

As empresas que almejam pleno sucesso contribuindo com o meio ambiente, procuram adotar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), ou seja, é uma parte da gestão ambiental que abrange a estrutura organizacional, procedimentos, e práticas da empresa para manter sua política ambiental visando a prevenir e resolver problemas ambientais. Esse sistema permite vários benefícios como melhoria na imagem da organização, qualidade dos produtos e serviços, economia e redução no consumo de matéria-prima, água e energia, permanência no mercado, privilégios em financiamentos devido a sua preocupação ambiental, entre outros.

Desse modo, a gestão ambiental voltada para as empresas é de suma importância, pois estamos não só preservando o meio ambiente como também o bem estar e qualidade de vida de todos os seres humanos. É válido ressaltar que somente empresas são responsáveis em adotar um sistema de gestão ambiental, mas que nenhuma delas é obrigada a acolher esse sistema. Lembrando que uma vez adotada, deve-se cumprir integralmente sua política caso contrário, seria demolidor a sua imagem por conta do descrédito ao meio ambiente.

A implantação de um sistema de gestão ambiental proporciona o envolvimento da empresa como um todo. A responsabilidade ambiental é disseminada a cada setor, seja da área operacional, administração, compras, projetos, serviços gerais etc. Quando todos passam a enxergar as questões ambientais sob a mesma ótica, soluções criativas começam a surgir de toda a empresa, explorando-se oportunidades de aproveitamento de rejeitos, substituição de insumos, eliminação de perdas nos processos, reciclagem, redução do consumo de energia, redução da geração de resíduos, mudanças tecnológicas etc. (MOREIRA, 2008, p.3). Somente a prevenção da poluição pode representar redução de custos.

Segundo Conrado (1998, p.31) as razões que levam as empresas a adotar um Sistema de Gestão Ambiental incluem o desejo de lucrar em mercados “verdes”, de estabelecer boa relação com a comunidade, de reduzir os passivos e/ou riscos, de buscar melhores métodos gerenciais internos, de reduzir a pressão dos

acionistas e das seguradoras, que começam a não emitir cobertura para incidentes devidos à poluição a empresas que não tenham um Sistema de Gestão Ambiental em ação.

Quando uma empresa implanta um sistema de gestão ambiental, adquire uma visão estratégica em relação ao meio ambiente: deixa de agir em função apenas dos riscos e passa a perceber também as oportunidades. Isso somente é possível se todos compartilharem a mesma visão e estiverem motivados a contribuir. Esse é o maior diferencial.

Para execução do SGA, é preciso obter uma avaliação ambiental inicial. Este processo é realizado com recursos internos, quando a empresa já possui um pessoal relacionado a questões ambientais ou, externos que são recorrentes a serviços de terceiros, consultores ambientais. Com isso, é fácil e possível obter o conhecimento do perfil das empresas e seu desempenho ambiental. Ajudando a identificar pontos fracos que possibilitam trazer benefícios tanto ambientais como econômicos. Sem contar na forma correta de utilização da matéria-prima e insumos. Além de informar sua política ambiental.

A política ambiental constitui uma descrição geral de rumo para as empresas, fixando assim, ações relacionadas aos assuntos e sua postura com o meio ambiente. Ela deve estar distribuída em todas as áreas da empresa, desde a alta administração até a parte operacional, da produção. A organização deve escolher os pontos mais claros, onde essa política deve estar focalizada em relação às normas ambientais, no seu cumprimento da legislação referente aos possíveis riscos e problemas relacionados a essas questões ambientais da empresa. É fundamental exercer esse compromisso, pois a adoção de um sistema de gestão ambiental é voluntária, deste modo nenhuma empresa tem obrigação de aderir a nenhuma política ambiental ou procedimentos relacionados, com exceção é claro, de exigências legislativas como licenciamento ambiental, tratamento de resíduos entre outros.

Muitas vezes, as empresas não conseguem perceber suas deficiências em relação ao meio ambiente, por questões de ausência de conscientização ecológica de superiores e subordinados, na forma habitual de produção sem notar causas de poluição, redução de despesas em prejuízo ao meio ambiente e falha na fiscalização dos órgãos ambientais regulares.

### 3 A GESTÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES

Sabe-se que muitas organizações preocupadas com os danos causados ao meio ambiente, buscam diminuir os efeitos causados por suas ações de modo que se utilizem de políticas de normatizações e certificações, oferecendo aos clientes uma base consciente de contribuição para o meio ambiente.

Além das normatizações e de certificações, podemos encontrar organizações que se utilizam de Auto-regulamentação. Que segundo Sanches (2000, p.77) representa iniciativas tomadas pelas empresas ou por setores da indústria para empreender e disseminar práticas ambientais que promovam uma maior responsabilidade das empresas quanto às questões ambientais, mediante a adoção de padrões, monitorações, metas de redução da poluição e assim por diante.

Qualidade do produto ou do serviço, controle ambiental e segurança no trabalho são três grandes focos de atenção de qualquer empresa que busque sua sobrevivência em longo prazo. Sendo que tal necessidade deu início, a *British Standards Institution* promoveu a elaboração da série OHSAS – *Occupational Health and Safety Assessment Series* (série de normas sobre saúde ocupacional e segurança do trabalho), em âmbito internacional e não apenas britânico. Em 1999, foi emitida a OHSAS 18001 sobre sistema de gestão de saúde ocupacional e segurança no trabalho, totalmente compatível com os modelos ISO 9001 e ISO 14001, possibilitando também a obtenção de certificado (MOREIRA, 2008, p.4) certificações orientadas pela Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT).

De acordo com Napravnik Filho et al (2007, p.6) a *International Organization for Standardization* (ISO) é projetada para estabelecer critérios estruturais válidos

através de regras, testes e certificações encorajando o comércio de bens e serviços. A ISO 14000 é a família de normas desenvolvidas para cuidar da rotulagem ambiental.

Nos dias atuais, ter o negócio da empresa voltado para questões ambientais está além do simples cumprimento das leis exigidas. Segundo afirmação de Andrade (2002):

Um dos maiores desafios que o mundo enfrentará no próximo milênio é fazer com que as forças de mercado protejam e melhorem a qualidade do ambiente, com a ajuda de padrões baseados no desempenho e uso criterioso de instrumentos econômicos, num contexto harmonioso de regulamentação. O novo contexto econômico se caracteriza por uma rígida postura dos clientes voltada à expectativa de interagir com organizações, que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado e que atuem de forma ecologicamente responsável. (ANDRADE, 2002, p.213)

Muitas organizações começaram a adotar tal postura para não serem penalizadas. Entretanto, ao longo do tempo passaram a ter uma visão mais ampla sobre essas questões, e perceberam a importância tanto para o meio, como também para si própria. É notória a eficácia nos custos, pois há uma significativa economia através de programas como reciclagem, redução de energia, água, sem contar no baixo custo de matérias-primas entre outras como multas, processos judiciais e limpeza.

É possível que as organizações possam alcançar uma excelência ambiental através de alguns passos, segundo Elkington & Burke, apud Donaire (1999): o desenvolvimento e publicação de uma política ambiental, definição clara da responsabilidade ambiental de cada uma das áreas e do pessoal administrativo, divulgação interna e externa da política, metas, objetivos e de suas responsabilidades, obtenção de recursos adequados, acompanhamento da situação ambiental da empresa através de relatórios e auditorias, contribuição em programas ambientais da comunidade e investimento em pesquisas aplicadas à área ambiental, a conciliação de diferentes interesses de todos os envolvidos: empresa, consumidor, comunidade entre outros.

Estes passos não se viabilizam de imediato, há uma necessidade de que sejam planejados e organizados corretamente para então, atingir o conceito de

excelência ambiental, trazendo com isso um tipo de vantagem competitiva para a organização.

Não apenas as empresas estão conscientizando-se, mas também, os consumidores, que procuram sempre por produtos e serviços ambientalmente corretos. Muitos dão preferência a aquelas empresas que estão protegendo e trabalhando de forma harmoniosa com o meio ambiente. E isso é extremamente relevante para a organização, porque são os clientes que contribuem diretamente para o seu crescimento e desenvolvimento no mercado.

Essa visão mais ampla, enfatizando a sustentabilidade no mundo está sendo usada no lugar do lucro isolado, aprimorando assim, sua estratégia de longo prazo.

### 3.1 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações, mostra que a postura da sociedade em relação aos impactos causados na natureza tem mudado muito e para melhor nesses últimos anos. Jorge Flores afirma que:

O Desenvolvimento Sustentável tem por fim o desenvolvimento econômico lado a lado com a conservação dos recursos naturais, dos ecossistemas e com uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. Entretanto, para ele ocorrer é preciso que haja um controle no consumo e na renovação do bem natural, seja ele qual for (FLORES, 1995, p. 69).

Muitas organizações já assumiram o compromisso de desenvolvimento, ao aderir o modelo de gestão ambiental. Tal gestão empresarial procura implantar sistemas organizacionais e de produção que valorizem os bens naturais, iniciando um ciclo onde o desperdício e o descartável sejam fatos do passado. Incentivo à diminuição do consumo, controle de resíduo e reciclagem, são maneiras de proteção, mas é preciso que haja persuasão dos profissionais de diferentes níveis hierárquicos, promovendo o trabalho em equipe e resultantes ações que irão criar um novo cenário empresarial. Como diz Callenbach (1993), “nós, seres humanos, somos organismos que pensam. Não precisamos esperar que os desastres nos ensinem a viver de maneira sustentável”.

A nova consciência sobre o meio ambiente começou a surgir entre transformações que ocorreram na década de 70, ganhando dimensão e estabeleceu o meio ambiente como um dos princípios fundamentais do homem moderno. O investimento na proteção ambiental começou a ser visto como uma grande vantagem competitiva. Donaire (1999) afirma que: “o retorno investido compreendido apenas como lucro e enriquecimento dos empresários, passa a contribuir na criação de um mundo sustentável”.

A empresa é um sistema aberto, pois é formado por um conjunto de elementos relacionados entre si, que gera bens e serviços, mas que também consome recursos naturais e gera contaminação e resíduos ao meio ambiente. Por isso, é necessário definir uma visão mais ampla da empresa. A inclusão de questões ambientais entre os objetivos da organização amplia substancialmente todo o conceito de administração, passando a introduzir em suas empresas métodos de reciclagem, redução de energia e outras inovações ecológicas, que foram rapidamente desenvolvidos.

Neste sentido, Callenbach (1993) diz que: “é possível que os investidores usem cada vez mais a sustentabilidade, no lugar da estrita rentabilidade, como critério para estratégia de longo prazo das empresas”.

### **3.1.1 Índices de sustentabilidade**

Os conceitos estabelecidos na CMMAD sobre desenvolvimento sustentável refletem uma mudança no pensamento global e faz com que as corporações tenham que reavaliar sua abordagem sobre medidas de performance organizacional. Desenvolvimento sustentável incorpora três aspectos estritamente associados: integridade ambiental, igualdade social e prosperidade econômica e o desempenho em uma área afeta as demais. (HUBBARD, 2009)

. Entretanto, medir estes indicadores de desempenho pode não ser uma tarefa tão simples. Métodos de quantificação do valor e participação de mercado, satisfação do cliente, bem-estar dos funcionários são relativamente fáceis de se mensurar e prontamente transferíveis para outras corporações, porém indicadores sociais e ambientais são particulares de cada organização e são de difícil

mensuração (HUBBARD, 2009). Devido à sua complexidade e confronto às gerências focadas prioritariamente em meios economicamente dominantes de pensamentos, o TBL sofre bastante resistência para penetrar os sistemas de desempenho organizacional no mercado (HUBBARD, 2009).

Nos anos 1980, a empresa era considerada como pertencente aos acionistas, e, portanto, o retorno sob a aplicação era o indicador geral da performance da empresa, denominado Sistemas de Medição do Desempenho Organizacional. A partir dos anos 90, uma visão mais focada nos *stakeholders* gradualmente começa a crescer, e as empresas tomam ciência de que possuem responsabilidades não somente com os acionistas, mas como uma parcela mais ampla de grupos, como empregados, sindicatos, cliente, fornecedores, governantes e comunidades locais (PORTER, 1980;HUBBARD, 2009).

O primeiro índice de sustentabilidade surgiu nos Estados Unidos em 1999, o Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Dois anos mais tarde, a bolsa de valores de Londres em conjunto com a Ethical Investment Research Service (EIRIS), lançaram o FTSE4good. A onda dos índices de sustentabilidade começou a se propagar nos países emergentes e, em 2004, a bolsa de Joanesburgo lançou o JSE SRI. Apenas um ano mais tarde, a Bolsa de Valores de São Paulo divulga a criação do primeiro índice de sustentabilidade da América Latina, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Em geral, como há um rigoroso critério de seleção das companhias que compõem os Índices de Sustentabilidade, elas podem ser consideradas *benchmark* no âmbito da gestão corporativa sustentável. Segundo levantamento da literatura realizado pelo GVces (2012), a participação das empresas em iniciativas de sustentabilidade traz benefícios, tais como, ganho reputacional, maior vantagem competitiva por ser mais flexível à adaptação das regulações ambientais e maior acesso ao conhecimento acerca das práticas sustentáveis adotadas pelo mercado.

Investir em empresas que compõem os Índices de Sustentabilidade significa incentivar as melhores práticas de sustentabilidade empresarial do mercado, agregando valor não apenas para as companhias, como para todos os seus *stakeholders* e à comunidade.

### 3.2 SUSTENTABILIDADE NA BOLSA DE VALORES

Uma firma não pode perseguir o objetivo de maximizar seu valor ignorando o interesse de seus *stakeholders* com relação às questões socioambientais (JENSEN, 2001).

As atividades do sistema financeiro (setor bancário, corretoras e distribuidoras de valores, bolsas de valores, etc) vêm tomando consciência e incorporando a responsabilidade com relação às questões de ESG (*Environmental, Social and Governance* ou em português ASG – Ambiental, Social e Governança) em seus mercados e atuações (TOSINI, 2007).

Muitas das bolsas de valores no mundo já deram os primeiros passos a fim de responder às questões de responsabilidade corporativa, preocupação socioambiental e diversificação de investimentos, o que a nosso ver fazem delas instituições responsáveis por dar ao mercado financeiro uma preocupação com a sustentabilidade. De acordo com a WFE (2009), suas iniciativas podem ser, basicamente, divididas em três grupos:

- (i) Cálculo e desenvolvimento de índices de sustentabilidade;
- (ii) Criação de guias e padrões de divulgação de informações não financeiras;
- (iii) Criação de segmentos especiais de listagem e negociação.

A *European Sustainable Investment Forum* (Eurosif) estimou que em 2011 os recursos destinados a investimentos responsáveis eram da ordem de 48 bilhões de euros na União Europeia (26 bilhões em 2007). Já nos EUA, o *US Social Investment Forum* (US SIF) estimou em 2012 que os ativos sob investimento social e ambientalmente responsáveis representavam mais de três trilhões de dólares, representando 11,3% dos ativos sob gestão no país. 59 No Brasil, os recursos destinados a fundos de investimento socialmente responsável (ISR) ainda representa menos de 1% de todos os ativos. (FAVARETTO, 2013).

A BM&FBOVESPA, a NASDAQ OMX, a *Johannesburg Stock Exchange* (JSE), a *Istanbul Stock Exchange* (ISE) e a *Egyptian Exchange* (EGX) assinaram em 18 de junho de 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, um acordo para promover o investimento responsável de longo prazo e a divulgação de informações relacionadas às

companhias listadas nesses mercados. Na ocasião, foi apresentado o relatório “Bolsas de Valores Sustentáveis – Relatório de Progresso”, desenvolvido pela *Responsible Research* (2012), com apoio do PRI (Princípios de Investimento Responsável), UNCTAD (Nações Unidas, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), Pacto Global, e patrocinado pela *Aviva Investors*. O relatório pesquisou 30 grandes bolsas de valores globais sobre a abrangência e profundidade de suas iniciativas de sustentabilidade e apresenta os progressos das bolsas nos temas de sustentabilidade desde 2010, ano em que foi publicado o primeiro reporte.

O termo investimento sustentável cobre uma gama de conceitos e classes de ativos, desde a negociação de carbono e investimento em tecnologia limpa até o uso de informações ESG na construção de portfólios de investimentos e políticas de voto em participação acionária. (WFE, 2009).

As questões de responsabilidade ambiental e social corporativa afetam o valor atribuído pelos acionistas às companhias de capital aberto e, deste modo, influenciam no desempenho de portfólios de investimento financeiro viabilizando ou não investimentos produtivos que precisam captar recursos através do mercado financeiro e de capitais de acordo com o risco ambiental e social que as atividades de determinadas empresas apresentam aos potenciais investidores.

As empresas devem cada vez mais reconhecer as questões ambientais como oportunidade e não como custos ou ameaça futura. Elas devem aprimorar seu modo de medir e detectar custos e benefícios ambientais de suas atividades disponibilizando informações relevantes aos seus *stakeholders*, o que ainda é deficiente em muitos mercados. À medida que os custos ambientais forem medidos e entendidos, o próximo passo será criar soluções e inovações que agreguem valor às companhias e fomentem o investimento sustentável. (PORTER; LINDE, 1995, p.114).

O mercado financeiro é um campo de atuação para os especuladores, investidores que apostam na alta ou baixa de uma determinada ação na bolsa de valores (PEREIRA & URPIA, 2011).

Koehler & Hespeneide (2013) observam que problemas sociais, de meio ambiente e de governança podem impactar diretamente o desempenho financeiro das empresas por meio de suas operações ou seus produtos, ou indiretamente por meio das ações dos *stakeholders* ao longo da cadeia de valor, em termos de risco de operações, risco na cadeia de suprimentos e risco dos produtos.

No Brasil, em evento sediado na BM&FBOVESPA o PRI “Princípios do Investimento Responsável” reúne seis práticas globais nas áreas ambiental, social e de governança, que devem ser valorizadas pelos investidores institucionais na composição de seus portfólios de investimentos. Com isso, os signatários do PRI – mais de mil instituições representando mais de 30 trilhões de dólares – influenciam diretamente o comportamento dos agentes do mercado financeiro, incluindo companhias listadas, investidores, fundos de investimento, bancos e bolsas e colaboram para desenvolver uma economia mais estável, sustentável e inclusiva.

Os Princípios do Investimento Responsável (PRI) são:

1. Incluir as questões de ESG nas análises de investimento e nos processos de tomada de decisão.
  2. Atuar como proprietários ativos e incorporadores dos temas de ESG nas políticas e práticas de detenção de ativos.
  3. Buscar a transparência adequada nas empresas investidas quanto às questões de ESG.
  4. Promover a aceitação e a implementação dos princípios aos investidores institucionais.
  5. Trabalhar juntos para reforçar nossa eficiência na implementação dos PRI.
  6. Divulgar as atividades e progressos em relação à implementação dos PRI.
- (PRI, 2013).

Os índices de sustentabilidade já são uma forma popular de criação de produtos “verdes” na indústria de bolsa. Porém, um movimento mais agressivo e possivelmente mais eficiente seria a alteração de regras de listagem e implementação de obrigatoriedade por parte das bolsas e reguladores para que as empresas listadas publiquem informações de sustentabilidade em seus balanços, mas que ainda não ocorre por ser uma medida complexa e custosa de ser implementada (FAVARETTO, 2013).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da bolsa de valores tem a função de proporcionar uma análise do cenário empresarial que possa auxiliar o investidor para tomar decisões compatíveis com as demandas de desenvolvimento sustentável, considerando aspectos de governança corporativa e sustentabilidade

empresarial (eficiência econômica, equilíbrio ambiental e justiça social) (BM&F BOVESPA, 2014).

As empresas que integram a sustentabilidade à sua estratégia de negócios conseguem vantagens competitivas significativas como redução de custos e incremento nos lucros a médio e longo prazo, aumento de produtividade, melhora da imagem de marca, aumento do valor de marca, conquista de novos públicos e fidelização de clientes. (BERLATO; SAUSSEN; GOMEZ, 2015, p. 31).

A BM&FBOVESPA foi a primeira Bolsa de Valores do mundo a se tornar signatária do Pacto Global das Nações Unidas em 2004. E em 2006 passou a integrar o Comitê Brasileiro do Pacto Global, estando à frente da Vice- Presidência entre este mesmo ano e o ano de 2008. (BM&FBOVESPA, 2011).

Em 2010, a Bolsa brasileira integrou o compromisso do PRI, mais uma vez pioneira entre as bolsas dos países em desenvolvimento, sendo membro do Grupo de Engajamento da coordenação brasileira do PRI e primeira bolsa do mundo a se tornar uma “*organization stakeholder*”, realizando indicações e recomendações à GRI. No ano seguinte, a BM&FBOVESPA divulgou pela primeira vez seu relatório anual integrado com informações financeiras e não financeiras de forma simultânea sob os padrões GRI, estimulando as empresas e participantes do mercado a adotar práticas semelhantes e considerar a sustentabilidade como valor crucial em seus negócios. A Bolsa brasileira passou a construir sua imagem de referência global em práticas de responsabilidade social corporativa, o que está diretamente relacionado com sua capacidade de liderar iniciativas de sustentabilidade em seu mercado (BM&FBOVESPA, 2011).

Aspectos ligados à segurança, como a menor volatilidade apresentada pelo grupo ISE por meio de menor desvio padrão, geram valor ao acionista do ponto de vista da mitigação de riscos de longo prazo, mostrando que, apesar de não ter uma média de retorno superior ao grupo de referência, o fato de obter um desvio padrão significativamente inferior ao longo dos anos, mostra constância de resultados. Essa mitigação de riscos está também associada ao paradigma socioeconômico, sob uma perspectiva macro, por empresas assim trazerem mais segurança e proteção aos investidores (KOEHLER & HESPENHEIDE, 2013).

Muitas companhias se engajam em iniciativas de sustentabilidade buscando o reconhecimento através de sistemas de “rating”, no caso os índices de sustentabilidade, esperando valorização financeira na relação com seus

investidores. (PELOZA et al., 2012, p.76) Isto tem tornado esses instrumentos algo banalizado ao longo de sua cadeia de valor, porém, ainda hoje são os mais populares no mercado financeiro.

## 4 CONCLUSÃO

A degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. Assim, a questão ambiental problematiza as próprias bases da produção; apontando para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana.

A criação da ONU representa o surgimento do mais importante organismo internacional que iria delinear, nos anos seguintes, os contornos da ordem internacional ambiental. Em 1975 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura realizou em Belgrado, Iugoslávia, o Encontro Internacional de Educação Ambiental, que produziu a Carta de Belgrado, um dos mais importantes documentos produzidos na década que chamava atenção mundial para necessidade de uma nova ética ambiental.

A Carta de Belgrado é considerada um documento histórico na evolução sobre a consciência ambiental. No meio empresarial, até meados dos anos 80 predominavam práticas e discursos que revelavam um posicionamento antagônico a qualquer iniciativa de minimizar os impactos ambientais decorrentes da atividade produtiva.

Em 1989 a Assembleia Geral da ONU convoca a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que ficou conhecida como “Cúpula da Terra”, marcando sua realização para o mês de junho de 1992, de maneira a coincidir com o Dia do Meio Ambiente.

Em 1992, no Rio de Janeiro, vinte anos após a Conferência de Estocolmo a ONU ocorre o encontro para elaboração de um plano de ação para o século XXI, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Conferência do Rio ou Rio 92.

Em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul, ocorre a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+10, numa tentativa da ONU de reavaliar e implementar as conclusões e diretrizes obtidas na Rio-92. Ao longo dos anos as organizações passaram a produzir mais e a consumir mais energia e

matérias-primas do meio ambiente. No entanto, tal utilização acabou por trazer sérias consequências que afetam não somente as empresas, mas também os indivíduos dentro e fora do ambiente organizacional.

A proteção do meio ambiente somente passou, inicialmente, a ser incentivada através de normas e novos requisitos legais impostos, posteriormente tal postura modificou-se e considerar o meio ambiente tornou-se comum, fazendo parte do dia-a-dia de gestores e demais funcionários, promovendo a integração da organização com o meio no qual está inserido.

A responsabilidade ambiental que tem sido adotada pelas empresas, é usada para designar práticas administrativas em determinados lugares, que procuram preservar a saúde, a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente, através da redução de impactos ambientais, e até mesmo da sua eliminação, partindo do princípio do planejamento de empreendimentos e conseqüentemente sua implantação ou ampliação.

As questões ambientais estão se tornando tema estratégico para as organizações, o que evidencia o começo de uma integração de gestão ambiental com os processos organizacionais. Então, pode-se perceber que as empresas assumiram responsabilidade em relação ao meio ambiente, deixando de ser apenas uma postura diante das imposições para se transformar em atitudes voluntárias, superando as próprias expectativas da sociedade, pois a concorrência está crescendo a cada dia, e os clientes não estão mais à procura de produtos e serviços com um determinado nível de qualidade que tenha menor custo, mas sim dispostos a comprar e utilizar por aqueles que respeitem o meio ambiente.

Vale ressaltar que essa medida de preservação, na qual a empresa atua sobre a natureza, traz certo tipo de vantagem competitiva no mercado atuante. Desta forma, a empresa está assegurando o cumprimento de seu papel social, através da atuação responsável.

Não é apenas benefício de uma empresa toda e qualquer prática adotada, mas sim para o meio em que está inserida, pois ele é a peça mais importante para que haja existência de vida no planeta. Logo, temos vantagens para o ambiente e para a organização. Não se pode esquecer o ciclo de vida dos produtos produzidos pelas empresas, que causa grande impacto sobre o meio ambiente.

Portanto é preciso redobrar atenção na comercialização, uso, assistência técnica e destino final desses bens. O maior objetivo de ser uma empresa

responsável, é a busca por melhoria contínua da qualidade ambiental de produtos, serviços e ambiente em geral.

A demanda por produtos fabricados ecologicamente corretos cresce a cada dia mais, e os consumidores estão selecionando os produtos e serviços que não ocasionam agressão ao meio ambiente. As empresas que almejam pleno sucesso contribuindo com o meio ambiente, procuram adotar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), ou seja, é uma parte da gestão ambiental que abrange a estrutura organizacional, procedimentos, e práticas da empresa para manter sua política ambiental visando a prevenir e resolver problemas ambientais. Esse sistema permite vários benefícios como melhoria na imagem da organização, qualidade dos produtos e serviços, economia e redução no consumo de matéria-prima, água e energia, permanência no mercado, privilégios em financiamentos devido a sua preocupação ambiental, entre outros.

Para execução do SGA, é preciso obter uma avaliação ambiental inicial. Este processo é realizado com recursos internos, quando a empresa já possui um pessoal relacionado a questões ambientais ou, externos que são recorrentes a serviços de terceiros, consultores ambientais.

Com isso, é fácil e possível obter o conhecimento do perfil das empresas e seu desempenho ambiental. Ajudando a identificar pontos fracos que possibilitam trazer benefícios tanto ambientais como econômicos. Sem contar na forma correta de utilização da matéria-prima e insumos. Além de informar sua política ambiental.

A empresa é um sistema aberto, pois é formado por um conjunto de elementos relacionados entre si, que gera bens e serviços, mas que também consome recursos naturais e gera contaminação e resíduos ao meio ambiente. Por isso, é necessário definir uma visão mais ampla da empresa.

A inclusão de questões ambientais entre os objetivos da organização amplia substancialmente todo o conceito de administração, passando a introduzir em suas empresas métodos de reciclagem, redução de energia e outras inovações ecológicas, que foram rapidamente desenvolvidos. Os conceitos estabelecidos na CMMAD sobre desenvolvimento sustentável refletem uma mudança no pensamento global e faz com que as corporações tenham que reavaliar sua abordagem sobre medidas de performance organizacional.

Desenvolvimento sustentável incorpora três aspectos estritamente associados: integridade ambiental, igualdade social e prosperidade econômica e o desempenho em uma área afeta as demais. .

A sustentabilidade empresarial é classificada de acordo com 3 pilares principais: Crescimento econômico, Preservação Ambiental e Progresso Social, bem como suas interfaces (Socioambiental; Socioeconômico e Eco – Econômico). Esta mudança passa a incluir todas as partes interessadas, incluindo comunidades locais, governos, além dos acionistas e empregados numa visão mais ampla da sustentabilidade do que apenas relacionados aos aspectos econômicos e produtivos da companhia. O primeiro índice de sustentabilidade surgiu nos Estados Unidos em 1999, o Dow Jones Sustainability Index (DJSI).

Dois anos mais tarde, a bolsa de valores de Londres em conjunto com a Ethical Investment Research Service (EIRIS), lançaram o FTSE4good. A onda dos índices de sustentabilidade começou a se propagar nos países emergentes e, em 2004, a bolsa de Joanesburgo lançou o JSE SRI. Apenas um ano mais tarde, a Bolsa de Valores de São Paulo divulga a criação do primeiro índice de sustentabilidade da América Latina, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Uma firma não pode perseguir o objetivo de maximizar seu valor ignorando o interesse de seus *stakeholders* com relação às questões socioambientais. As atividades do sistema financeiro (setor bancário, corretoras e distribuidoras de valores, bolsas de valores, etc) vêm tomando consciência e incorporando a responsabilidade com relação às questões de ESG (*Environmental, Social and Governance* ou em português ASG – Ambiental, Social e Governança) em seus mercados e atuações.

As questões de responsabilidade ambiental e social corporativa afetam o valor atribuído pelos acionistas às companhias de capital aberto e, deste modo, influenciam no desempenho de portfólios de investimento financeiro viabilizando ou não investimentos produtivos que precisam captar recursos através do mercado financeiro e de capitais de acordo com o risco ambiental e social que as atividades de determinadas empresas apresentam aos potenciais investidores.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros. *Gestão Ambiental: Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável*. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. *Administração: construindo vantagem competitiva*. São Paulo: Atlas, 1998.

BERLATO, Larissa Fontoura; SAUSSEN, Fabiane; GOMEZ, Luiz Salomão Ribas. A Sustentabilidade Empresarial como vantagem competitiva em branding. *Revista DApesquisa*, Florianópolis, v. 11, n. 15, p.24-41, abr. 2016. Quadrimestral. Disponível em: <[www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/download/6893/5254](http://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/download/6893/5254)>. Acesso em: junho 2019

CALLENBACH, E., et al. *Gerenciamento Ecológico – Eco-Management – Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.

CAMPOS, M. M. A Formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos em debate. *Educação & Sociedade*, v.20, n.68, p.126-142,2004

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DEMAJOROVIC, J; SANCHES, C. S. Aprendizado e indicadores ambientais: perspectivas para as organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD; 1999, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu, ANPAD 1999

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental: Princípios e práticas/ Genebaldo Freire Dias-9*. Ed- São Paulo: Gaia, 2004

DONAIRE, D. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 68-77, Mar./Abr. 1999

FAVARETTO, Sonia. Sostenibilidad: por amor, por dolor o por inteligencia. *Revista de la Bolsa de Comercio de Rosario*. p.32-38, 2013

FELDMAN, R.S.. *Introdução à Psicologia*. São Paulo: McGraw Hill Interamérica do Brasil,1997

FLORES, J. O. de M. Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável, *RAP*, v 29, 189, n.2, p. 5-26, abr./jun. 1995.

GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. *A liberdade de Imprensa e os Direitos da Personalidade*. São Paulo: Atlas, 2015

HEINEMANN, Florian. Corporate Accelerators: A Study on Prevalence, Sponsorship, and Strategy. 2010. Master of Science in Engineering and Management - Massachusetts Institute of Technology, 2010

HUBBARD, G. (2006). Measuring Organizational Performance: Beyond the Triple Bottom Line. *Business Strategy and the Environment*(18), 177–191. doi:10.1002/bse.564

JENSEN, M. Value maximization, stakeholder theory, and the corporate objective function. *European Financial Management*, 7 (3), 297-317,2002

KOEHLER, D. A., & HESPENHEIDE, E. J. (2013). Finding the value in environmental, social, and governance performance. *Deloitte Review*, 12, 97-111

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA L.F. Consciência ecológica: emergência, obstáculos e desafios.2008 .Disponível em< [www.meioambientecarbono.adv.br/pdf/novas\\_negociacoes.pdf](http://www.meioambientecarbono.adv.br/pdf/novas_negociacoes.pdf).> Acessado em junho 2019

MOREIRA, E. H.; CUNHA, N. B. J. (coord.). Alternativas para a destinação de resíduos da construção civil. 2º Ed. Belo Horizonte: SINDUSCON – MG, 2008. 84 p

NÁPRAVNÍK Filho, Luciano Angelo Francisco Karel e tal . ISO 14000 e a Gestão Ambiental: uma Reflexão das Práticas Ambientais Corporativas.. São Paulo , 2007

PELOZA, J. et al. Sustainability: How stakeholder perceptions differ from corporate reality. *California Management Review*, v. 55, n. 1, p. 74, 2012. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/cmr.2012.55.1.74> . Acesso em: junho 2019

PEREIRA JR., José de Sena. Cúpula Mundial sobre desenvolvimento sustentável, realizada em Johannesburg, na África do Sul. Relatório Especial, Brasília: Consultoria Legislativa, 2002.

PEREIRA, E. J. A., & URPIA, A. G. B. C. (2011). Hipótese dos mercados eficientes vis-à-vis incerteza, convenção e especulação: por uma mudança de paradigma nos mercados financeiros. *Pesquisa e Debate*, 22(1), 135-155

Porter, M. E. Competitive strategy: techniques for analyzing industry and competitors. University of Illinois at Urbana-Champaign's Academy for Entrepreneurial Leadership Historical Research Reference in Entrepreneurship,1980

RIBEIRO, W. C. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2001.

SANCHES, C. S. Gestão ambiental proativa. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, v. 40, n. 1, p. 76-87, 2000

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA.2007. p.27-32.

TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante. Risco ambiental para as instituições financeiras. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006. 194 p.

TREVISOL, Joviles Vítório. A educação em uma sociedade de risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade. Joaçaba: UNOESC, 2003. P.166

WFE. World Federation of Exchanges. A Importância econômica das Bolsas. Tradução Bovespa. São Paulo: BOVESPA, out. 2002. Disponível em: [http://www.ussif.org/files/Publications/12\\_Trends\\_Exec\\_Summary.pdf](http://www.ussif.org/files/Publications/12_Trends_Exec_Summary.pdf) Acesso em: junho 2019